

O TRANSPORTE PÚBLICO NO COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Medidas como campanhas, treinamentos de pessoal e inclusão de tecnologias para garantir mais segurança e dignidade às passageiras estão sendo adotadas pelas empresas e entidades do transporte público coletivo urbano

A escalada de violência contra a mulher se tornou um problema estrutural no país. E conter essa epidemia de crimes que acontecem todos os dias se tornou responsabilidade de toda a sociedade, incluindo setores econômicos. Não se trata de pauta minoritária ou específica, mas de questão que afeta a maior parcela da população brasileira; as mulheres são 51,48% da população, de acordo com o Censo Demográfico de 2022 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A 19ª edição do Anuário Brasileiro de Segurança Pública, publicada em 2025 pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), apresenta dados consolidados sobre crimes e violência no Brasil relativos ao ano de 2024, destacando recordes e aumento contínuo em casos de estupro e violência sexual. No período foram registrados 1.492 feminicídios, o maior número da série histórica, e 87.545 casos de estupro e estupro de vulneráveis, o maior índice desde 2011. Quando voltamos nosso olhar às violências no transporte público, 15,3% das mulheres já sofreram importunação sexual física em ônibus e metrô, de acordo com o relatório "Visível e Invisível: a Vitimização de Mulheres no Brasil", de 2025, produzido pelo FBSP em conjunto com o Instituto de Pesquisas Datafolha.

(A-B) Divulgação/BRT Sorocaba; **(C)** Divulgação/Sindiônibus; **(D)** Divulgação/MTU; **(E)** Divulgação/ATP

Em relação ao assédio de forma mais generalizada, a pesquisa "Segurança das Mulheres no Transporte", realizada pelo Instituto Patrícia Galvão e Instituto Locomotiva, revela que 97% das quase duas mil mulheres entrevistadas afirmaram já terem sofrido algum tipo de assédio nos meios de transporte. "Não se trata de casos isolados, este é um problema estrutural. Diante desse quadro, é imprescindível que o setor do transporte público passe a atuar de forma ativa e estruturada na proteção de suas usuárias", afirma a arquiteta e urbanista, mestra em Território, Cidade e Arquitetura pela UnB, Sara Zampronha.

Ciclo de violência

A progressão da violência contra a mulher costuma evoluir ao longo do tempo, nem sempre de forma linear, mas frequentemente aumentando a intensidade até chegar em nível de gravidade maior. O ciclo de violência frequentemente começa com a agressão psicológica (ciúmes excessivos e controle constante), passa pelo ataque moral, com ofensas e difamação, e chega à violência patrimonial, na qual há controle do dinheiro ou impedimento da mulher de trabalhar. O agravamento da violência culmina em agressões físicas e sexuais e pode chegar à maior crueldade de todas: o feminicídio.

Diante desse cenário alarmante, o engajamento do setor de transporte público, que desloca milhões de pessoas todos os dias, não é apenas relevante, mas urgente. A especialista defende que a criação de campanhas anuais ou bienais voltadas a ouvir o público feminino são a única forma de identificar com precisão onde estão as falhas e criar soluções efetivas para cada contexto. "Para que as empresas saibam, por exemplo, quais trechos e horários são percebidos como mais inseguros, que espaços das estações ou em quais partes dos trajetos os comportamentos predatórios são recorrentes, elas precisam escutar o que as mulheres usuárias têm a dizer. Nesse sentido, a tecnologia pode e deve ser utilizada como recurso para possibilitar às mulheres informarem às empresas sobre as suas demandas. São elas que sabem, no corpo e na rotina, onde o sistema falha", afirma Zampronha.

Tecnologias aliadas ao combate à violência

O tema violência de gênero é uma realidade persistente que está cada vez mais presente nas discussões de políticas públicas a serem tomadas para inibir os crimes sexuais que comprometem a segurança e o direito de ir e vir das cidadãs. Com muitas cidades brasileiras planejando a compra de novos veículos nos próximos anos, abre-se a oportunidade para a incorporação de soluções mais robustas de segurança. O Instituto de Políticas de Transporte e Desenvolvimento (ITDP) listou algumas tecnologias que podem ser incorporadas ao sistema de transporte público para prevenir e conter situações de violência contra a mulher:

GPS
Rastreia a localização exata do veículo em tempo real e facilita intervenções da polícia em caso de denúncias.

COMUNICAÇÃO COM CENTRO DE CONTROLE OPERACIONAL (CCO)
Permite acionar o CCO ou autoridades em caso de ameaça ou assédio.

BOTÃO DE PÂNICO E ASSÉDIO
Integra motoristas e equipe operacional para resposta imediata, essencial para proteção de vítimas e coleta de provas.

ILUMINAÇÃO
Aumenta a visibilidade no interior dos ônibus, especialmente em viagens noturnas, o que inibe situações de assédio e violência e facilita a identificação de agressores.

COMUNICAÇÃO COM PASSAGEIROS
Reforça informações de segurança e amplia a conscientização dos passageiros por meio de campanhas educativas visuais, com canais de denúncia.

CÂMERAS
Monitoram o ambiente, protegem motoristas e registram ocorrências, além de intimidar possíveis assédios sexuais e reconhecer autores de crimes.

"Alguns desses equipamentos já fazem parte dos veículos atuais, que estão sendo comprados nos processos de renovação de frota. Mas o nosso objetivo foi de enfatizar quase que a obrigatoriedade desses equipamentos para efetivamente viabilizar que o poder público e os operadores consigam avançar em políticas e protocolos de proteção", explica a diretora executiva do ITDP, Clarisse Cunha Linke.

Segundo Clarisse, é preciso pensar também no padrão de deslocamento das mulheres e na migração delas para outros modais por medo de serem assediadas. "A importância do setor de transporte público de se engajar é imensa, principalmente quando a gente pensa que as mulheres têm um padrão de deslocamento diferente dos homens, que acaba demandando maior número de viagens diárias tanto a pé, quanto dentro de transporte público. As mulheres, principalmente das periferias brasileiras, mulheres de baixa renda, negras, são as principais usuárias do sistema de transporte público e estão em constante ameaça dentro do sistema. E são as que mais migram atualmente para o Uber moto, o 99Moto", reforça a diretora do ITDP.

Combate ao feminicídio

Empresas do setor estão fazendo a parte delas. No mês em que foi celebrado o Dia Internacional da Mulher (8 de março), o Sintur-JP, sindicato que representa as empresas concessionárias do transporte coletivo da capital João Pessoa (PB), em parceria com órgãos públicos como o Ministério Público Federal da Paraíba, o Ministério Público do Trabalho da Paraíba, entre outros, utilizou os ônibus urbanos como meio de conscientização sobre o feminicídio. A ação contou com busdoors instalados em 20 veículos de diferentes linhas, divulgando os canais de denúncia disponíveis por telefone: 180, 190 e 197.

A iniciativa buscou ampliar a visibilidade do tema e incentivar a população a denunciar casos de violência contra a mulher. A circulação diária dos ônibus fortaleceu o alcance da campanha, permitindo que a mensagem chegasse a diversos passageiros e pedestres em diferentes pontos da cidade.



Além de contribuir para a conscientização social, a ação reforça o papel do transporte coletivo como agente de transformação urbana. Ao utilizar sua ampla presença nas cidades para divulgar causas de interesse público, o setor demonstra que a mobilidade também pode colaborar para o enfrentamento de problemas sociais urgentes.

Já o BRT Sorocaba lançou a campanha "Banco Vermelho" para apoiar o combate ao crime de feminicídio no país. O assento vermelho remete ao sangue derramado pelas vítimas, e por outro lado, indica um sinal de "PARE! Basta!", além de ser um convite para as pessoas sentarem e fazerem uma pausa para refletir sobre o tema. "Todos os dias, no ir e vir dos trajetos, as pessoas passam alguns minutos aguardando um ônibus ou nos deslocamentos, e ,neste tempo, identificamos um trecho de oportunidade. É neste instante que podemos chamar a atenção de quem circula no sistema, mobilizando os passageiros sobre a importância da denúncia e da proteção de mulheres e meninas", enfatiza a porta-voz e gestora de Recursos Humanos da BRT Sorocaba, Bárbara Rodrigues.

Idealizado pelo Instituto Banco Vermelho, o projeto está presente em mais de 12 estados brasileiros e fará um circuito itinerante pelos terminais do BRT Sorocaba. A ideia é que seja uma campanha permanente. Além disso, o consórcio tem disseminado a mensagem de alerta e conscientização no circuito interno de TV dos terminais, estações, ônibus e nas redes sociais. Outra ação criada para o enfrentamento à violência foi a Parada Amiga — um ponto dedicado ao acompanhamento de passageiras após às 19h, que possui câmera de alta definição e alto-falantes que captam todas as movimentações existentes no local. A iniciativa procura dar assistência e trazer mais tranquilidade ao público feminino enquanto aguarda a chegada do ônibus.

Além dessas iniciativas, o sistema também promove encontros e rodas de conversa para disseminar mensagens de conscientização com os funcionários sobre assédio moral, sexual e diversidade, para que saibam como agir e acolher vítimas em situações de assédio dentro de veículos, estações, terminais e garagem. O BRT Sorocaba ainda conta com canais de denúncia seguros e anônimos.

Para Bárbara Rodrigues, o engajamento do setor em campanhas sobre violência contra a mulher é fundamental para erradicar os abusos sofridos por elas. "Avaliamos como primordial na prestação de um serviço humanizado. Temos o contato direto com o grande público e o transporte é um espaço de trânsito, mas também de oportunidades para fomentar nova consciência sobre o que é correto, respeitoso e que preserva a vida. Preservar a vida é um cuidado coletivo, e isso faz parte da nossa essência enquanto empresa que assiste pessoas todos os dias".

Contra a importunação sexual

Para o enfrentamento à importunação sexual dentro dos coletivos, o Sindicato das Empresas de Transporte de Passageiros do Estado do Ceará (Sindiônibus), em parceria com a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Estado do Ceará (Arce), desenvolveu campanha institucional integrada, de caráter permanente, que articula órgãos públicos e entidades do setor de mobilidade a promover o respeito e a conscientização coletiva nos sistemas de transporte.

Fruto de articulação entre vários órgãos públicos, a campanha consolida uma rede de proteção em Fortaleza e Região Metropolitana com o objetivo de garantir que o transporte público seja um espaço de respeito e dignidade, como explica a gestora administrativa do Sindiônibus, Maria José Luz. "O engajamento do Sindiônibus em campanhas contra a violência feminina é fundamental, porque oportuniza a demonstração clara do papel fundamental da mobilidade como ferramenta de inclusão, transformação social e cidadania, indo muito além do simples deslocamento diário".

> "AS MULHERES, PRINCIPALMENTE DAS PERIFERIAS BRASILEIRAS, MULHERES DE BAIXA RENDA, NEGRAS, SÃO AS PRINCIPAIS USUÁRIAS DO SISTEMA DE TRANSPORTE PÚBLICO E ESTÃO EM CONSTANTE AMEAÇA DENTRO DO SISTEMA. E SÃO AS QUE MAIS MIGRAM ATUALMENTE PARA O UBER MOTO, O 99MOTO."
>
> **Clarisse Cunha Linke**
> diretora executiva do ITDP



As ações abrangeram as frotas urbanas, metropolitanas e interurbanas, com a aplicação de cartazes e adesivos em veículos, VLTs, estações e terminais, além de campanhas nos busdoors, panfletagem e ampla mobilização digital. Os materiais oferecem orientações práticas, exemplos de condutas em casos de assédio e acesso facilitado ao canal NINA, para denúncias, via QR Code, reforçando ainda a importância do registro de ocorrências pelos números 180 e 190.

O setor de transporte coletivo de Fortaleza, por meio do Sindiônibus, realiza diversas outras ações integradas para combater o assédio sexual e a violência contra a mulher, focando em tecnologia, capacitação e apoio institucional, como a ferramenta NINA, que permite denúncias rápidas e funciona por meio do aplicativo MEU ÔNIBUS FORTALEZA ou via WhatsApp específico, com o registro de 47 ocorrências nos primeiros três meses do ano. O setor ainda busca aumentar a presença feminina nas funções de operação e gestão do transporte. A representatividade de mulheres na entidade saltou de 89, no 2º semestre de 2024, para 120 profissionais no 2º semestre de 2025. O Sindiônibus também usa o Podcast "De Ponto a Ponto" como ferramenta de educação e debate sobre equidade e o fim do ciclo de violência, com participações de mulheres importantes como representantes da Secretaria das Mulheres e da Casa da Mulher Brasileira.

Multa dobrada para agressores sexuais

O Estado do Rio de Janeiro, por sua vez, criou a Política Estadual de Prevenção e Enfrentamento ao Abuso contra Mulheres no Transporte Coletivo de Passageiros, por meio de ações de capacitação sobre protocolos a serem seguidos diante de situações de violência contra a mulher no transporte coletivo, transporte por aplicativo e táxi. As ações previstas incluem orientações e assistência à vítima e o acionamento imediato das autoridades competentes.

O autor dos crimes poderá ser punido com a cobrança de multa que chega até 10 mil UFIR, cerca de R$ 49 mil. O texto também prevê aplicação em dobro da multa nos casos de assédios praticados em transportes coletivos, táxis e em carros de aplicativos. Para a Federação das Empresas de Mobilidade do Estado do Rio de Janeiro (Semove), as medidas de combate ao assédio e à violência contra mulheres nos coletivos são necessárias e urgentes. Ao mesmo tempo, a entidade ressalta que a eficácia da lei depende de capacitação adequada dos profissionais, especialmente motoristas e demais operadores.

"Outro ponto frequentemente levantado é a necessidade de integração com o poder público e forças de segurança, já que o enfrentamento ao assédio não pode recair exclusivamente sobre os operadores do transporte. A entidade tende a defender que a lei venha acompanhada de campanhas educativas, canais de denúncia eficazes e apoio institucional", afirma a Semove. A Federação destaca ainda que as novas obrigações sejam viáveis na prática, considerando o contexto real da operação, para que não gerem insegurança jurídica ou sobrecarga indevida aos profissionais.

Pacto Ninguém se Cale

O Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ), em ação integrada a outros órgãos, firmou parceria com o Rio Ônibus no Pacto Ninguém se Cala, com o objetivo de prevenir e enfrentar a violência de gênero no transporte público da capital fluminense. A parceria prevê a orientação e capacitação de mais de 18 mil rodoviários que integram o sistema de ônibus do município para identificar situações de violência contra a mulher, acolher as vítimas e orientá-las sobre os canais de denúncia disponíveis.

> "97% DAS QUASE DUAS MIL MULHERES ENTREVISTADAS AFIRMARAM JÁ TEREM SOFRIDO ALGUM TIPO DE ASSÉDIO NOS MEIOS DE TRANSPORTE."
>
> **Dados da Pesquisa "Segurança das Mulheres no Transporte"**
> Instituto Patrícia Galvão e Instituto Locomotiva



Treinamento com trabalhadores de diversos setores do transporte público de Cuiabá e Várzea Grande promovido pela Associação Matogrossense dos Transportadores Urbanos (MTU).

"O objetivo é levar a informação sobre onde as mulheres podem ter acolhimento, não só sendo vítima dentro do ônibus, mas também fora dele. Às vezes, um homem tem uma vizinha que está com problema, alguém na família está sofrendo um caso de violência e ele não sabe como agir e quer denunciar. Então, quem estiver dentro do ônibus, olhando para os cartazes que vão ser colocados, poderá acessar o QR Code onde terá toda a orientação", explica o diretor de Comunicação do Rio Ônibus, Paulo Valente.

Além de capacitação, a ação prevê a disponibilização, em todos os veículos, de cartazes orientativos para as mulheres e meninas, com o intuito de garantir segurança e cidadania plenas às passageiras no espaço do transporte coletivo. Por meio do acordo firmado com os órgãos públicos, o Rio Ônibus poderá reunir dados próprios sobre a incidência de casos de assédio dentro dos coletivos e os acolhimentos feitos pelos motoristas de ônibus às vítimas, como explica Paulo Valente.

"O que a gente está começando a fazer agora, com a assinatura desse pacto, é realmente criar um controle estatístico também dos casos de assédio, porque os dados que a gente dispõe hoje são de institutos de pesquisa que são contratados por ONGs, e que dão alguns números para a gente. E ao verificar esses números que surgiram em pesquisas, a gente se preocupou e viu que realmente o transporte por ônibus é visto como um espaço pouco acolhedor para as mulheres e um espaço de risco", destaca.

Treinamento dos profissionais

Em Mato Grosso, mais de 200 trabalhadores de diversos setores do transporte público de Cuiabá e Várzea Grande participaram de treinamentos voltados à prevenção e ao enfrentamento do assédio sexual no transporte público, promovidos pela Associação Matogrossense dos Transportadores Urbanos (MTU). Os profissionais aprenderam a identificar situações de crimes sexuais, os procedimentos de acolhimento às vítimas e tiveram orientação sobre como acionar as autoridades competentes. Essas capacitações contaram com apoio técnico de instituições como o Sest Senat e órgãos públicos municipais e estaduais, reforçando o preparo dos cerca de 899 motoristas e demais profissionais que atuam diariamente no sistema.

"O transporte público é um espaço coletivo de grande circulação, utilizado diariamente por aproximadamente 230 mil passageiros nas cidades de Cuiabá e Várzea Grande, sendo, portanto, um ambiente estratégico para ações de conscientização e prevenção. O engajamento do setor é fundamental, porque contribui para a construção de ambiente mais seguro e respeitoso e amplia o alcance de campanhas educativas, atingindo diferentes públicos", afirma o presidente da MTU, Ricardo Caixeta.

A Associação, em parceria com as empresas operadoras e o poder público, tem desenvolvido uma série de ações permanentes, como a instalação de cartazes com QR Code em ônibus, estações e terminais, para facilitar o acesso a informações sobre prevenção e canais de denúncia. Outra iniciativa foi a confecção da Cartilha de Prevenção à Violência Sexual Contra a Mulher, lançada em 2023, com orientações acessíveis à população. A entidade ainda prevê a implantação do Botão do Pânico nos coletivos.

A campanha "Linha do Respeito – Rota de Segurança" é uma iniciativa do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (TJRS), que convidou a Associação dos Transportadores de Passageiros (ATP) e a Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre (Trensurb) a integrarem a ação, que visa promover a igualdade e o respeito, possibilitando enfrentamento conjunto da violência, discriminação de gênero, raça, orientação sexual e demais formas de preconceito nos espaços públicos e de mobilidade urbana.

A construção da ação se deu de forma colaborativa, unindo diferentes instituições em torno de um objetivo comum: combater a violência de gênero e fortalecer a rede de proteção às mulheres. A proposta foi utilizar a capilaridade do transporte público como meio de disseminação de informação, incentivando a conscientização e a denúncia, como destaca a presidente da ATP, Tula Vardaramatos. "Mensalmente, cerca de 14 milhões de pessoas circulam nos ônibus. As empresas de transporte coletivo estão profundamente conectadas às comunidades, e esperamos que a mensagem desta campanha alcance toda a cidade. As causas da comunidade também são nossas, e a ATP, juntamente com seus empresários, sente-se honrada em participar desta iniciativa".

A campanha foi lançada em 31 de março e divulgada em grandes meios de comunicação da cidade, além de ter ações veiculadas nos ônibus e demais canais do sistema de transporte. A manutenção da campanha também vem sendo reforçada por meio das redes sociais, em formato colaborativo entre as instituições, ampliando ainda mais o alcance da mensagem e gerando impacto orgânico de mais de 14 mil visualizações no post collab. A expectativa é contribuir efetivamente para a redução dos casos de violência e feminicídio, promovendo uma cultura de respeito, informação e proteção.

PROJETOS DE LEI EM TRAMITAÇÃO

O Congresso Nacional analisa algumas propostas de lei no combate à violência de gênero. No Senado Federal, a Comissão de Direitos Humanos aprovou, em março, uma proposta que inclui entre as ações do Agosto Lilás (mês dedicado ao enfrentamento da violência contra a mulher) o Projeto Abrigo Lilás, para proteção às usuárias de transporte coletivo urbano. O texto, da senadora Jussara Lima (PSD-PI), recebeu parecer favorável da senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) e seguiu para a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).



Presidente da ATP, Tula Vardaramatos (ao centro) no lançamento da campanha de enfrentamento à violência contra a mulher, racismo e à discriminação.

De acordo com o PL 979/2025, o Abrigo Lilás prevê a instalação contínua e permanente de dispositivos de monitoramento de segurança pública em pontos de embarque e desembarque de veículos do transporte coletivo urbano localizados em áreas de maior insegurança para as usuárias. Esses dispositivos poderão incluir câmeras de vigilância com transmissão em tempo real, botões de emergência, painéis interativos com sensor de presença e microfone, iluminação automatizada e sistemas de áudio ou vídeo conectados a centrais de atendimento. Segundo a justificativa da autora, o objetivo é aumentar a segurança das mulheres que utilizam transporte público, especialmente em horários e locais de maior risco.

A Câmara dos Deputados, por sua vez, analisa o Projeto de Lei 6659/25, que obriga empresas que atuam no transporte público coletivo a manter programa de prevenção e combate ao assédio e à violência contra a mulher para melhorar a segurança de mulheres e de pessoas vulneráveis em ônibus, trens, metrôs e embarcações. Pelo texto, empresas com concessão ou permissão para atuar no transporte coletivo devem instalar câmeras de vigilância em veículos e terminais, com gravações acessíveis às autoridades. Além disso, o projeto estabelece:

- treinamento obrigatório e periódico para que os funcionários saibam como agir em casos de assédio;
- criação de canais diretos para denúncias e acolhimento das vítimas;
- divulgação de materiais educativos e informativos sobre o combate à violência de gênero.

As medidas seriam incluídas na Lei das Concessões de Serviços Públicos e passariam a fazer parte das cláusulas essenciais do contrato de concessão do serviço.

Vitrine NTU



